COMISSÃO PARA O POVO MAUBERE

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

C.D.P.M.
Rua Pinheiro Chagas, 77-2º E 1000 LISBOA Telef 574718 ou 541308

Nº 2 MAR/85

TL NA COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Reuniu-se este ano, de 4 de Fevereiro a 15 de Março, em Genebra, a 41ª Sessão da Comissão dos Direitos do Homem (CDH). Composta por 43 países, eleitos anualmente, a CDH admite ainda como observadores os representantes de outros países membros da ONU e as Organizações Não Governamentais (ONG) dotadas de estatuto consultivo junto das Nações Unidas.

A questão de Timor Leste já tinha sido discutida nas 39ª e 40ª sessões da CDH (1983 e 1984) e nas 36ª e 37ª sessões da Sub-Comissão de Luta Contra as Medidas Discriminatórias e pela Protecção das Minorias (1983 e 1984), esta última formada por peritos em Direitos Humanos e onde os representantes dos Estados estão apenas a título de observadores, assim como as referidas ONG.

Enquanto a situação em Timor Leste se agrava, particularmente depois da quebra do acordo cessar-fogo (Agosto 1983), os membros da CDH tornam-se mais hesitantes e, na 40ª sessão, já não foi apresentada qualquer resolução sobre Timor Leste, tendo o problema sido discutido apenas na parte confidencial da reunião, para além das intervenções orais. O mesmo se passará este ano.

A ofensiva diplomática, a falta de informação sobre Timor Leste, a possividade e compromissos durante anos, da diplomacia portuguesa, o bloqueio do território por parte das autoridades ocupantes e os laços políticos, económicos e culturais estabelecidos e reforçados por Djakarta nestes últimos anos explicam esta atitude.

Intervenções das ONG

Quatro ONG pronunciaram-se sobre a questão de Timor Leste: a Liga Internacional para os Direitos e pela Libertação dos Povos (Doc. 154), a Pax Romana (Doc. 151) e a Pax Christi Internacional (Doc. 153) intervieram perante a assembleia no ponto 9 da ordem de trabalhos ("o direito dos Povos à auto-determinação e a sua aplicação aos povos sob dominação colonial ou estrangeira ou sob ocupação estrangeira"); estas duas últimas organizações e a Amnistia Internacional apresentaram duas comunicações escritas, sobre a situação dos direitos humanos em Timor Leste.

No ano em que se comemora o 25º aniversário da Declaração sobre o direito à independência dos povos sob dominação colonial, Timor Leste não exerceu ainda o seu direito à autodeterminação, sublinham as ONG nos suas intervenções orais. E só um verdadeiro acto de autodeterminação porá acabar com a guerra e todas as violações dos direitos do homem que persistem no território: o

arbitrárias, torturas, execuções sumárias, deportações, desaparecimentos, um verdadeiro genocídio, acompanhado de um frequente processo de controlo de nascimentos e de uma transplantação de populações indonésias para diversas zonas de Timor Leste. A maior parte da população é concentrada em 'aldeias estratégicas', severamente controlada e sujeita a restrições que o impedem de cultivar os campos, provocando a fome e a subalimentação. Quem mais sofre são os civis, os jovens em grande número - triste constatação no Ano Internacional da Juventude !

Apesar do bloqueio imposto pelas autoridades indonésias, as informações vão chegando, e nem a organização de visitas, cuidadosamente preparadas, de personalidades internacionais, cujas declarações são sempre deformadas ou ampliadas, permitem desmentir estas violências.

Aliás, os argumentos apresentados pelo Governo indonésio estão muito longe da verdade, afirmam as ONG, o exercício da autodeterminação ? Como, se o país continua há 9 anos hermèticamente fechado e o povo é sistemàticamente afastado das suas terras, e a sua cultura, a sua língua e as suas tradições são progressivamente destruídas ? Não há violações dos direitos do homem ? Como, se persiste a guerra, se os próprios documentos publicados pelas autoridades militares indonésias o afirmam ? A Resistência não existe ? Como, se o contigente militar indonésio aumenta e todos os que são suspeitos de pertencer à FRETILIN ou todos os que têm algum familiar na montanha são presos, torturados, massacrados ? As autoridades indonésias afirmam que têm gasto somas importantes no 'desenvolvimento' de Timor Leste: é verdade que salvaguardar uma presença ilegal e contestada num país em guerra é difícil e exige dinheiro; constroem-se estradas para dominar melhor a situação e a guerrilha, constroem-se casas nos novos campos de concentração ou para habitação das famílias transmigradas, constroem-se escolas para ensinar a língua e a cultura indonésias, enquanto se assassinam centenas de professores mauberes...

A resolução do conflito tem de ser pacífica, dizem os ONG. Mas a negociação tem de envolver todas as partes interessadas, incluindo a FRETILIN, porque o que está em causa é o direito à autodeterminação e um tal processo não poderia nunca limitar-se a conversações entre a potência colonial e o actual ocupante. O cessar-fogo, a abertura do território às agências humanitárias, às Igrejas, à imprensa internacional, podem ser passos nesse sentido.

. Comunicações escritas das ONG

A comunicação apresentada pela Amnistia Internacional (Doc. 155), baseada nos relatórios e queixas que recebe e em entrevistas realizadas pelo seu próprio pessoal, constata a continuação dos 'desaparecimentos', torturas, execuções de não-combatentes, assim como inexistência dos direitos da livre expressão, associação e liberdade de movimentos. A Cruz Vermelha Internacional continua a não ter acesso completo e regular aos centros de detenção fora de Dili. O documento desenvolve os seguintes temas: limitação de acesso, processos judiciais justos e públicos, detenção e reinstalação em 'aldeias estratégicas', torturas, execuções extra-judiciais.

A comunicação apresentada pela Pax Christi Internacional e pela Pax Romana (Doc. 156) constitui o resumo de um longo e detalhado relatório vindo de Timor Leste e datado de 20 de Agosto de 1984 e a que as duas organizações tiveram acesso. Fornecendo dados muito concretos, como nomes, idades, locais de origem, locais de prisão ou morte, o documento cita centenas de acções realizadas pelo exército indonésio entre 28 de Agosto de 1983 e 25 de Julho de 1984, referindo-se especialmente a: prisões sem julgamento, torturas, deportações, 'desaparecimentos', execuções sumárias,

bombardeamentos e 'centros de detenção' (na realidade campos de concentração ou 'aldeamentos estratégicos').

Indonésia: ofensiva diplomática

Tal como tem sido sempre sua política, a representação indonésia esteve muito activa, não mostrando inibida ou comprometida com as conversações que mantêm com Portugal em Nova Iorque.

Usando do direito de resposta, o delegado da Indonésia, Sr. Ali Alatas, embaixador daquele país em Nova Iorque, declarou-se obrigado a responder aos ataques caluniosos lançados contra o país pelos representantes do Pax Romana, Pax Christi Internacional e a Liga Internacional para os Direitos e pela Libertação dos Povos, no que respeita à situação dos direitos humanos em Timor Leste (Doc 157).

Refutando alguns dos exemplos adiantados por aquelas três ONG, o observador da Indonésia disse que 'hoje Timor Leste, graças aos esforços do seu povo e aos recursos substanciais que lhe são concedidos pelo Governo central e provincial, é uma região em pleno desenvolvimento económico, político, social e cultural. A infraestrutura, a agricultura, a saúde, a educação, o sector público e a construção civil e as comunicações, figuram entre as suas prioridades de desenvolvimento'.

O desenvolvimento, concluiu, só foi possível graças às condições de estabilidade e de segurança que esta província conhece.

Portugal: defensiva diplomática

'Portugal abstém-se de tomar qualquer posição que possa ser interpretada como sendo dirigida num espírito de polémica ou de confrontação. Nesse espírito, não respondemos à interpretação feita pelo distinto observador da Indonésia sobre o princípio da auto-determinação e o seu exercício pelo povo de Timor Leste, dado que a situação é clara e bem conhecida de todos no quadro legal das Nações Unidas' (Doc. 158).

Declarando que o objectivo de uma solução para Timor Leste 'deve englobar a totalidade da questão e respeitar os princípios internacionais e os direitos do homem' e que ela 'pode ser conseguida pelo diálogo prossequir', a delegação portuguesa mostra-se preocupada com as informações fornecidas pela imprensa internacional e pelos defensores da causa do povo de Timor Leste, no que toca ao emprego da tortura, aos 'desaparecimentos', às deslocações das populações e a outros meios de intimidação.

O Governo português pensa que é necessário 'garantir no território a liberdade de circulação e de acesso, de modo a pôr fim às práticas de deslocação forçada das populações' e 'respeitar os valores e crenças do povo de Timor Leste e das suas comunidades religiosas, o que supõe a preservação da liberdade de culto e o ensino nas escolas'.

A situação da Cruz Vermelha Internacional é referida com pormenor: depois da suspensão das actividades em Julho de 1983, o CICR tem sistemàticamente afirmado a sua disponibilidade para fornecer uma assistência alimentar e sanitária, mas até hoje não obteve resposta. A actividade do CICR tem-se limitado à ilha de Ataúro, onde continuam muitos timores presos ou deslocados, desconhecendo-se o paradeiro e a situação daqueles que as autoridades deixaram sair, ao programa de reunião de famílias e ao programa de visitas aos presos, que deve incluir todos os centros de detenção cujo atraso se lamenta.

LONDRES: ENCONTRO DE SOLIDARIEDADE

Nos dias 12 e 13 de Janeiro teve lugar em Londres o IV Encontro dos Grupos de Solidariedade com Timor Leste com participação de grupos de 9 países europeus. O ponto da situação feito a partir dos dados trazidos pelos participantes permitiu realçar os seguintes aspectos:

. As organizações não governamentais, intensificaram o seu interesse pelo problema de Timor Leste mas essa preocupação não atingiu ainda os Governos para quem problemas económicos e estratégicos são prioritários.

. Portugal, potência administrante, continua a ter um papel de relevo na solução do problema mas, ao nível internacional, dúvida-se que os actuais orgãos de soberania estejam sinceramente à procura de uma solução que respeite os direitos do povo timor.

. Vários objectivos, ao nível nacional e internacional, foram propostos: apoio ao trabalho da Comissão da ONU sobre Direitos Humanos, com o fim de impedir o abandono do caso de Timor Leste na Assembleia Geral; campanha junto de parlamentares como meio de pressão sobre Governos e organismos internacionais; intervenção em reuniões internacionais relativas à Indonésia (financiadores económicos e vendas de armas).

O CIIR, organismo que organizou o encontro, enviou em nome dos participantes, uma carta ao Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar.

Portugal esteve representado neste encontro pelo CDPM e pelo grupo 'A Paz é Possível em Timor Leste'.

"CINCO" SOLIDARIOS COM TIMOR-LESTE

A 5ª Cimeira de Chefes de Estado dos países africanos de expressão oficial portuguesa, realizada em S. Tomé no passado dia 15 de Fevereiro, decidiu exprimir no comunicado final o 'apoio indefectível à luta corajosa do Povo Maubere' e à Fretilin, nomeadamente à sua proposta de 'Plano de Paz' e à recente política de Unidade Nacional.

O Governo português foi entretanto exortado a assumir as suas responsabilidades enquanto potência administrante, iniciando o diálogo com a Fretilin.

Foi decidido pelos cinco Chefes de Estado reforçar a acção diplomática conjunta, quer junto de Portugal, quer junto dos organismos internacionais. Assim, irão ser feitos esforços na ONU, no sentido de alargar o núcleo de países apoiantes activos, bem como dos que se propõem abordar o assunto nas suas intervenções. Na mesma perspectiva será também preparada préviamente a actuação na Conferência Ministerial dos Não-Alinhados, a realizar em Luanda no próximo mês de Setembro.

Foi ainda anunciada a realização no decorrer deste ano, duma grande Conferência Internacional de Solidariedade com Timor Leste, apoiada pelos 'Cinco', em data e local a designar.

A generalidade dos observadores presentes considerou a declaração final saída desta Cimeira como a mais avançada sobre o tema 'Timor Leste', de todas as que se realizaram até ao momento, não obstante os esforços desenvolvidos pelo Governo português junto de alguns países presentes, no sentido de ser dado o tratamento mais 'discreto' possível ao assunto.